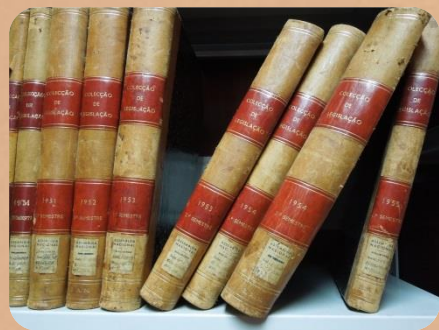


# NEWSLETTER DIGESTO N.º 22/2018

Disponibilização: 5 de novembro de 2018

Período abrangido: 22 de outubro a 2 de novembro de 2018



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

## Índice Temático

1. Administração Interna
  - Proteção Civil
2. Administração e Políticas Públicas
3. Agricultura
4. Ambiente
  - Ambiente e Conservação da Natureza
  - Florestas e Desenvolvimento Rural
5. Economia
  - Transportes
6. Finanças
  - Contribuições e Impostos
7. Justiça
  - Decisões e Pareceres
  - Política de Justiça
8. Mar
9. Negócios Estrangeiros
  - Negócios Estrangeiros e Cooperação
10. Regiões Autónomas
  - Açores
  - Madeira
11. Saúde
12. Solidariedade e Segurança Social

Transposição de Diretivas

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

## 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- PROTEÇÃO CIVIL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2018, de 25 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a adoção de medidas de apoio às populações, empresas e autarquias locais afetadas pelo furacão Leslie nos dias 13 e 14 de outubro de 2018.

## 2. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Decreto-Lei n.º 85/2018, de 25 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelo furacão Leslie ocorrido nos dias 13 e 14 de outubro de 2018.

## 3. AGRICULTURA

[Portaria n.º 291/2018, de 29 de outubro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 276/2010, de 19 de maio, que reconhece como Indicação Geográfica (IG) a designação «Alentejano», a qual pode ser utilizada para identificação dos produtos vitivinícolas que se integrem nas categorias de vinho branco, vinho tinto, vinho rosado ou rosé, designados «vinho regional alentejano».

## 4. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Fixa os compromissos nacionais de redução das emissões de certos poluentes atmosféricos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2284, relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos.

[Portaria n.º 295/2018, de 2 de novembro](#)  
(Finanças, Ambiente e da Transição Energética)

Estabelece o valor das taxas a cobrar aos utilizadores pela apreciação dos processos de notificação no âmbito do procedimento para utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados (MGM) e de organismos geneticamente modificados (OGM), bem como o procedimento de liquidação e a afetação da respetiva receita.

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2018, de 23 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o grupo de acompanhamento da implementação da reforma do modelo de gestão dos meios aéreos e define o modelo de transição do comando e gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios rurais.

[Portaria n.º 294-A/2018, de 31 de outubro](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Prorroga os prazos previstos no n.º 1 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 232-B/2018, de 20 de agosto, que estabelece um regime especial da tipologia de intervenções específicas e dos níveis e limites de apoio.

## 5. ECONOMIA

- TRANSPORTES

[Portaria n.º 293/2018, de 31 outubro](#)  
(Ambiente e Transição Energética)

Regulamenta as matérias respeitantes aos cursos de formação rodoviária para obtenção e renovação do certificado de motorista de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (CMTVDE).

[Portaria n.º 294/2018, de 31 de outubro](#)  
(Ambiente e Transição Energética)

Altera (quinta alteração) a Portaria n.º 277-A/99, de 15 de abril, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, no que respeita a características e normas de identificação e ao tipo de veículo a utilizar na atividade de transportes em táxi.

## 6. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Decreto-Lei n.º 87/2018, de 31 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Simplifica o preenchimento dos anexos A e I da Informação Empresarial Simplificada.

## 7. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2018, de 24 de outubro](#)  
(Supremo Tribunal de Justiça)

Acordam que “a Lei n.º 61/2013, de 23 de Agosto, não descriminalizou qualquer das condutas típicas do crime de dano, nomeadamente a de desfiguração”.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2018, de 30 de outubro](#)  
(Supremo Tribunal de Justiça)

Acordam que “a insolvência do lesante não determina a inutilidade superveniente da lide do pedido de indemnização civil deduzido em processo penal”.

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Lei n.º 64/2018, de 29 de outubro](#)  
(Assembleia da República)

Garante o exercício do direito de preferência pelos arrendatários.

[Decreto-Lei n.º 86/2018, de 29 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o Regulamento das Custas Processuais.

## 8. MAR

### [Portaria n.º 290/2018, de 26 de outubro](#) (Mar)

Determina e aprova os regimes de apoio à cessação temporária das atividades de pesca com recurso a artes de cerco e de interdição do exercício da pesca pelas embarcações licenciadas para operar com artes de cerco na zona 9 definida pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM).

### [Despacho n.º 10051/2018, de 29 de outubro](#) (Mar - Gabinete da Ministra)

Determina, o alargamento do período de pagamento da compensação salarial, previsto no Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto.

### [Portaria n.º 292/2018, de 30 de outubro](#) (Mar)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 253/2016, de 23 de setembro, que estabelece os tipos de certificados profissionais, as condições para a sua emissão, a respetiva validade e os correspondentes modelos, no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2015, de 4 de março, relativo ao nível mínimo de formação dos marítimos.

## 9. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

### [Aviso n.º 130/2018, de 26 de outubro](#) (Negócios Estrangeiros)

Torna público que a República Portuguesa depositou, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, na qualidade de depositário, o seu instrumento de aprovação da Alteração do texto e dos anexos II a IX do Protocolo de 1999 relativo à Redução da Acidificação, da Eutrofização e do Ozono Troposférico e aditamento dos novos anexos X e XI, adotados em Genebra, em 4 de maio de 2012.



**[Aviso n.º 131/2018, 26 de outubro](#)**  
**(Negócios Estrangeiros)**

Torna público que a República Portuguesa depositou, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, na qualidade de depositário, o seu instrumento de aprovação da Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às substâncias que empobrecem a Camada de Ozono, adotada em Quigali, em 15 de outubro de 2016.

**[Aviso n.º 132/2018, de 26 de outubro](#)**  
**(Negócios Estrangeiros)**

Torna público que a República Portuguesa depositou, junto do Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional, na qualidade de depositário, o seu instrumento de ratificação do Protocolo relativo a uma Emenda à alínea a) do artigo 50.º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 6 de outubro de 2016.

**[Aviso n.º 133/2018, de 26 de outubro](#)**  
**(Negócios Estrangeiros)**

Torna público que a República Portuguesa depositou, junto do Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional, na qualidade de depositário, o seu instrumento de ratificação do Protocolo relativo a uma Emenda ao artigo 56.º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 6 de outubro de 2016.

**[Aviso n.º 134/2018, de 26 de outubro](#)**  
**(Negócios Estrangeiros)**

Torna público que a República Portuguesa depositou, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, na qualidade de depositário, o seu instrumento de aprovação da Convenção de Minamata sobre o Mercúrio assinada em 10 de outubro de 2013, Kumamoto, Japão.

[Aviso n.º 15688/2018, de 31 de outubro](#)  
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Estabelece as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de novembro de 2018.

[Aviso n.º 136/2018, de 2 de novembro](#)  
(Negócios Estrangeiros)

Comunica a entrada em vigor do Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América relativo aos Privilégios e Imunidades Consulares, assinado em Lisboa a 14 de dezembro de 2017

## 10. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A, de 22 de outubro](#)  
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (segunda alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, que procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

[Portaria n.º 285/2018, de 23 de outubro](#)  
(Cultura e Planeamento e das Infraestruturas)

Determina o montante total de apoios do Estado à comunicação social a atribuir em 2018 às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

- MADEIRA

[Portaria n.º 285/2018, de 23 de outubro](#)

(Cultura e Planeamento e das Infraestruturas)

Determina o montante total de apoios do Estado à comunicação social a atribuir em 2018 às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

## 11. SAÚDE

[Portaria n.º 284/2018, de 23 de Outubro](#)

(Finanças, Saúde e Economia)

Estabelece o procedimento de autorização de introdução de novos produtos do tabaco no mercado e fixa a respetiva taxa.

[Portaria n.º 286/2018, de 24 de outubro](#)

(Defesa Nacional e Saúde)

Regula os termos e condições em que o Hospital das Forças Armadas colabora com o Serviço Nacional de Saúde no âmbito da realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) em benefício dos utentes do Serviço Nacional de Saúde.

## 12. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Aviso n.º 135/2018, de 26 de outubro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Torna pública a assinatura do Acordo Administrativo para a aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde.

## TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Fixa os compromissos nacionais de redução das emissões de certos poluentes atmosféricos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2284, relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos.

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[Digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:Digesto@jurisapp.gov.pt)

Muito obrigado pela sua sugestão